

Aviso de Contratação 4/2024

Informações Básicas

| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
|--------------------|--|------------------------------|--------------------------|
| 4/2024 | 158465-INST FED.DE PERNAMBUCO/CAMPUS VITORIA S.ANTAO | ESTEFANO JUAN NUNES DA SILVA | 21/11/2024 10:17 (v 4.1) |
| Status | PUBLICADO | | |

Outras informações

| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
|--|-----------------------|-------------------------|
| II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo | | 23298.024901/2024-90 |

1. Objeto da Contratação Direta

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
CAMPUS VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

MINUTA DE AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90023/2024

(Processo Administrativo nº 23298.024901/2024-90)

Torna-se público que o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS VITÓRIA DE SANTO ANTÃO, por meio do(a) Coordenação de Compras e Licitações, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento *menor preço*, na hipótese do art. 75, *inciso VIII*, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: 26/11/2024

Horário da Fase de Lances: 08:00h às 14:00h

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: menor preço por grupo

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, Aquisição emergencial de Gêneros Alimentícios para atender as demandas do IFPE - CVSA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.2. O critério de julgamento adotado será o *menor preço por grupo*, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. Registro de preços

~~2. REGISTRO DE PREÇOS~~

~~2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.~~

3. Participação na dispensa eletrônica

3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

3.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

3.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

3.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

3.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.1.4 Não serão concedidos os benefícios de participação exclusiva para micro empresas e empresas de pequeno porte, nos termo do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Tal medida é afastada em virtude da Dispensa que se pretende realizar está em consonância com o art. 75, inc VIII da lei 14.133/21

3.3. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

3.1.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

3.1.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.1.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que

desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

- e. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- f. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.3.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

3.3.3. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

3.3.4. sociedades cooperativas.

3.5. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

4. Ingresso na Dispensa Eletrônica

4.. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.2.1. O fornecedor NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.2.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

4.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (dias) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

4.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

4.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

4.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.10. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

~~4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).~~

~~4.12.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.~~

~~4.12.2. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;~~

~~4.12.3. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.~~

- ~~1. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.~~

5. Fase de lances

5. FASE DE LANCES

5.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário** do item.

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 0,10 (dez centavos)**.

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6.. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6. Julgamento e aceitação das propostas

6. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

6.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

6.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

6.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

6.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 3.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.4.1. SICAF;

6.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.6.3 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. conter vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

6.9.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

6.10.3. serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 50% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração

6.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.15. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

7. Habilitação

7. HABILITAÇÃO

7.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

7.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, e por meio de consulta ao Cadin, tendo em vista que o registro no Cadin constitui fator impeditivo para a celebração de contratos com a Administração, conforme o art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002.

7.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

7.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de **até 2 (duas horas)** sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

7.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.10.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

7.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

8. Ata de registro de preços

~~8. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS~~

~~8.1. Homologado o resultado do procedimento, o fornecedor mais bem classificado terá o prazo de (.....) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de~~

~~Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~8.2. O prazo de convocação [A1] poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor mais bem classificado ou convocado, desde que:~~

~~(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e~~

~~(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.~~

~~8.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.~~

~~8.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do fornecedor vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.~~

~~8.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP [A2] e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.~~

~~8.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de contratação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.~~

~~8.7. Na hipótese de o convocado não assinar [A4] a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os fornecedores remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.~~

9. Formação do cadastro de reserva

~~9. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA~~

~~9.1. Após a homologação do procedimento, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:~~

~~9.1.1. dos fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação no procedimento; e~~

~~9.1.2. dos fornecedores que mantiverem sua proposta original.~~

~~9.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos fornecedores registrados na ata.~~

~~9.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do procedimento em relação ao fornecedor mais bem classificado.~~

~~9.4. Para fins da ordem de classificação, os fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.~~

~~9.5. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos fornecedores remanescentes, nas seguintes hipóteses:~~

~~9.5.1. quando o adjudicatário não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no aviso de dispensa; ou~~

~~9.5.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23;~~

~~9.6. Na hipótese de nenhum dos fornecedores [A3] que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no Termo de Referência, poderá:~~

~~9.7. convocar os fornecedores que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou~~

~~9.8. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.~~

10. Contratação

10. CONTRATAÇÃO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5(cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta

10.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 2 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

10.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11. Infrações e sanções administrativas

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

- 11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 11.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 11.1.6. celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
- 11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 11.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 11.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- Advertência pela falta do subitem 11.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - Multa de 5% (**cinco por cento**) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1 a 11.1.12;
 - Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)
- 11.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- 11.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
- 11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- 11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (**dez**) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

11.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.11. as peculiaridades do caso concreto;

11.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.13. os danos que dela provierem para o Contratante;

11.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

11.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

11.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

12. Das disposições gerais

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

12.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

12.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

12.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

12.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

12.2. As providências dos subitens 12.1.1 e 12.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

12.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

12.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

12.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

12.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

12.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

12.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

12.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

12.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.12.1 ANEXO

I – Termo de Referência

II - NOTA EXPLICATIVA (IMPORTANTE)

III - Estudo Técnico Preliminar

IV - Minuta de Contrato.

21 de Novembro de 2024

LUIS LUCAS DANTAS DA SILVA

DIRETOR GERAL

Assinatura da autoridade competente

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ESTEFANO JUAN NUNES DA SILVA

Diretor de Administração e Planejamento

*Assinou eletronicamente em 21/11/2024 às 10:17:27.*

Contrato 7/2024

Informações Básicas

| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
|--------------------|--|------------------------------|--------------------------|
| 7/2024 | 158465-INST FED.DE PERNAMBUCO/CAMPUS VITORIA S.ANTAO | ESTEFANO JUAN NUNES DA SILVA | 13/11/2024 09:59 (v 2.0) |
| Status | ASSINADO | | |

Outras informações

| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
|--|-----------------------|-------------------------|
| II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo | 23/2024 | 23298.024901/2024-90 |

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
CAMPUS VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

(Processo Administrativo nº23298.024901/2024-90)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO
(A) E
.....

O Instituto Federal de Pernambuco - Campus Vitória de Santo Antão com sede no, Propriedade Terra Preta S/N bairro Zona Rural, 55602-970 na cidade de /PE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.767.239/0004-98 , neste ato representado pelo Diretor Geral o Sr. Luis Lucas Dantas, nomeado pela Portaria nº , de 526 de de 06 de Maio de 2024, publicada node de de , portador daMaio24 DOU 06 Maio 2024 Matrícula Funcional nº288164949 , doravante denominado CONTRATANTE e o(a)
inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº , sediado(a) na , doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. Cláusula primeira - objeto

1.0. O objeto do presente instrumento é a contratação de Aquisição de Gêneros Alimentícios para atender as demandas do IFPE - CVSA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATMAT | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---------------|--------|-------------------------|------------|-------------------|----------------|
| 1 | | | | | | |
| 2 | | | | | | |
| 3 | | | | | | |
| ... | | | | | | |

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. A Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. Cláusula segunda - vigência e prorrogação

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 03 (três) meses, contados da assinatura do contrato, improrrogável, na forma do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021

3. Cláusula terceira - modelos de execução

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. Cláusula quarta - subcontratação

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. Cláusula quinta - preço

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

6. Cláusula sexta - pagamento

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. Cláusula sétima - reajuste

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA - IBGE (*Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo*), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade ;

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

8. Cláusula oitava - obrigações do contratante

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9.1. A Administração terá o prazo de *15 dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 dias.

8.11. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. Cláusula nona - obrigações do contratado

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.09. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10. Cláusula décima - garantia de execução

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. Cláusula décima primeira - infrações

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) Multa:

1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

2. Moratória de 1,00 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

I. O atraso superior a 10 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 1 % a 3 % do valor do Contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 3 % a 5 % do valor do Contrato.

5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 5 % a 7% do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 7 % a 10 % do valor do Contrato.

11.3.A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (*dez*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. Cláusula décima segunda - da extinção contratual

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*
- b. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.3. Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.8. O contrato poderá ser extinto:

12.8.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou

que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.8.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

13. Cláusula décima terceira - dotação orçamentária

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. Cláusula décima quarta - casos omissos

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. Cláusula décima quinta - alterações

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. Cláusula décima sexta - publicação

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. Cláusula décima sétima - foro

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Pernambuco, Seção Judiciária de Recife para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ESTEFANO JUAN NUNES DA SILVA

Diretor de Administração e Planejamento



Assinou eletronicamente em 13/11/2024 às 09:59:28.

Estudo Técnico Preliminar 19/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23298.024901/2024-90

2. Objeto

2.1. Este documento tem por objetivo concretizar os estudos técnicos preliminares visando subsidiar a aquisição de gêneros alimentícios, com intuito de atender a demanda do Refeitório do IFPE Campus Vitória de Santo Antão, identificando e analisando os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização da Demanda - 01-2023 CGAE/SAN, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

2.2. Tal estudo técnico preliminar contém as informações necessárias para atendimento às disposições Instrução Normativa ME /SEDGGD/SG n.º 58, de 08 de Agosto de 2022.

3. Descrição da necessidade

O IFPE - Campus Vitória de Santo Antão faz parte de uma Instituição Federal de Ensino e vem continuamente ampliando e adequando sua estrutura por meio da destinação, ano após ano, de recursos orçamentários para contemplar os novos cursos criados de maneira a atender os Projetos Políticos Pedagógicos.

A alimentação escolar é um direito garantido pela Constituição Federal, como um programa suplementar à educação, tornando o estado ator importante no cumprimento da obrigação de prover, promover e garantir que os estudantes recebam alimentação durante o período em que estiverem na escola.

A Constituição Federal diz, no Artigo 208, que o dever do Estado com a educação é efetivado quando se garante atendimento ao estudante de ensino básico quanto à alimentação em todas as suas etapas, como ensino básico entende-se, conforme estabelecida na LDBN (1996) no Capítulo II (Educação Básica), regulamenta todas as modalidades que compõem a educação básica: educação infantil; ensino fundamental; ensino médio; educação profissional e tecnológica e educação de jovens e adultos, além do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) estabelecido pela Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006.

Com vistas a atender a legislação pertinente, o IFPE - CVSA dispõe de estrutura de Restaurante Estudantil a qual diariamente, são servidas cerca de 1000 refeições, distribuídas entre 3 grandes refeições (café da manhã, almoço e jantar) e 1 pequena refeição (lanche no período noturno). Atendendo a comunidade escolar que passa o dia todo no campus, bem como a comunidade de estudantes internos que residem no Instituto de segunda a sexta-feira.

Importa ressaltar que dentro da estrutura de Campis do IFPE, existem outras unidades que ofertam o serviço de Restaurante Estudantil, com demandas e ofertas semelhantes ao do IFPE - CVSA.

Para produção das refeições é realizado processos de contratação com vistas à aquisição de gêneros alimentícios. Deste modo, os campis adquirem a matéria-prima e produzem as refeições dentro da sua própria estrutura de cozinha. Nos últimos anos o IFPE tem adotado para essas aquisições o sistema de compras compartilhadas. Sistema este, em que uma das unidades demandante gerencia o processo e as demais unidades aderem como participantes.

No presente momento, o processo de aquisição de gêneros alimentícios para atender as demandas do IFPE 2024 encontra-se em elaboração o que pode ser verificado por meio do PROCESSO 23298.024901/2024-90

Atualmente o suprimento destes itens ao campis está acontecendo ainda com saldo existentes em empenhos referentes às atas de Registro de Preço firmadas em 2023, as quais exararam sua validade em junho de 2024. Todavia os saldos restante já encontram-se em fase final, de modo que para o campus Vitória de Santo Antão só garante o suprimento no máximo por 45 dias.

Ressalta-se que a previsão de finalização do Processo de aquisição de gêneros alimentícios, estava prevista no calendário de Campras do IFPE para o 2º trimestre de 2024, o que não ocorreu, impendendo assim a realização de novos contratos e/ou empenhos de fornecimento.

Frente ao caso, é necessário que a administração do Campus Vitória de Santo Antão, envie os esforços necessários para garantir o suprimento ao refeitório, uma vez que o funcionamento da instituição perpassa pelo pleno funcionamento do restaurante estudantil e a ausência de matéria prima para a produção das refeições implicaria na paralisação das aulas e com interrupção da prestação dos serviços de ensino, pesquisa e extensão.

Assim, como forma de minimizar possíveis prejuízos pelo atraso na publicação do certame, vislumbra-se a possibilidade de aquisição de gêneros alimentícios por meio de Dispensa de Licitação fundamentada no artigo 75, inciso VII da Lei 14.133/21 com quantidades estimadas para suprir o refeitório durante o período máximo de 3 meses ou até que seja concluído o processo de contratação por meio de registro de preço.

4. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|-------------------|-----------------------------------|
| Setor de Nutrição | EVELINE VIANA DA SILVA DA FONSECA |

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os gêneros alimentícios deverão seguir as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos ou apêndices para cada item, para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - Campus Vitória de Santo Antão.

No momento da entrega, os produtos fornecidos devem estar em perfeitas condições de higiene e conservação, livres de odores estranhos e de contaminantes químicos, físicos e biológicos. Os produtos perecíveis deverão ser embalados e mantidos, quando sua natureza assim exigir, sob resfriamento ou congelamento, desde sua origem até sua entrega definitiva, em temperaturas adequadas para sua perfeita conservação.

Em se tratando de produtos altamente perecíveis e da reduzida capacidade de armazenamento das câmaras frigoríficas, as entregas deverão ser feitas de forma fracionada, conforme solicitação do Setor de Nutrição e/ou equivalente. No entanto, esse fracionamento poderá sofrer alterações mediante aviso prévio, dependendo da necessidade e capacidade de armazenamento do Campus.

No que concerne ao recebimento de Carnes e produtos resfriados ou congelados, os itens deverão ser transportados por meio de veículos refrigerados podendo serem solicitados de forma resfriada ou congelada, sendo previamente comunicado ao fornecedor, com prazo de antecedência de no mínimo 5 dias úteis.

As embalagens dos produtos devem estar em perfeitas condições, intactas e sem perfurações, e expressar claramente a data de validade do produto, que deverá ser de acordo com o termo de referência, contados a partir da data de recebimento.

Já os hortifrúts devem atender Normas Técnicas Especiais de Alimentos e Bebidas constantes na Resolução - CNNPA nº 12, de 24/07/78.

Os produtos entregues serão submetidos a uma avaliação visual e sensorial de qualidade, e também quantitativamente conforme Autorização de Fornecimento e condições do Termo de Referência e seus apêndices, que será realizada da seguinte forma: caso sejam aprovados, de acordo com as condições expressas acima, os produtos serão denominados em conformidade. Estando fora dos padrões acima descritos, os produtos serão considerados em desconformidade.

Todos os gêneros alimentícios bem como os procedimentos relacionados ao seu fornecimento deverão estar de acordo com a legislação vigente e demais dispositivos legais e regulamentares porventura aplicáveis, em especial as Normas Técnicas Especiais de Alimentos e Bebidas constantes na Resolução - CNNPA nº 12, de 24 /07/78, Decreto 12486 de 20/10/78, Portaria 161 de 24/07/87-MAA, Lei 9972 de 25/05 /2000, Resolução RDC nº 259, de 20/09/02 - ANVISA /MS, Resolução RDC n.º 360, de 23 /12/2003, ANVISA/MS, Decreto 6268 de 22/11/07, Instrução Normativa nº 12 de 28/03 /08, MAPA, Resolução RDC Nº de 7, de 18/02/11 - ANVISA, Resolução – RDC nº 14, de 28/03/14 – ANVISA, Decreto 8446 de 06/05/2015, Portaria CVS 5, de 09 de abril de 2013 e a Resolução nº 06 de 08/05/2020- FNDE. -

- Requisitos Ambientais

Por se tratar de gêneros Alimentícios, com quantidades substanciais de embalagens é necessário estabelecer requisitos ambientais que objetivem diminuir os possíveis impactos que possam vir a ser gerados, para tanto deverá a contratada realizar o descarte adequado das embalagens obedecendo o que for pertinente a Lei 9.832/1999 no que tange ao acondicionamento e descarte de alimentos e gêneros similares.

6. Levantamento de Mercado

Como já discutido o cerne da demanda, consiste em garantir o fornecimento das refeições aos estudantes do IFPE - CVSA (Campus Vitória de Santo Antão. De modo a evitar a paralisação das aulas na instituição, garantindo assim o pleno desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Para tanto verificou-se junto ao mercado, quais possibilidades atenderiam a demanda do CVSA.

Das possibilidades existentes no mercado para atendimento da demanda, temos as seguinte:

- 1) Contratação de Empresa especializada para fornecimento de Refeições prontas aos Estudantes;
- 2) Adquirir os gêneros alimentícios por meio de contratação direta emergencial e utilizar a atual estrutura de Restaurante para produção dos alimentos no próprio campus.

Ambas as soluções atendem de forma significativa a demanda, todavia não se pode desconsiderar na escolha daquela mais adequada, toda estrutura existente bem como as soluções já usuais pela administração.

Da análise das solução encontradas a solução 01 atende a demanda, de modo a garantir o fornecimento alimentar aos estudantes, evitando possíveis paralisações no refeitório estudantil. Todavia esta solução torna-se inviável em virtude no grande número de refeições servidas, assim como a logística a ser necessária. Uma vez que o campus deveria receber diariamente as refeições e fazer a distribuição. Ademais, existe todo um aparato de produção alimentícia já estruturado no refeitório do campus com colaboradores contratados, tal medida implica na paralisação de contratos e na necessidade de novas estruturas de armazenamentos dessas refeições prontas, a qual não seria possível de ser viabilizada em curto Prazo.

Em relação a solução 02, esta medida já é utilizada pelo Campus. A aquisição de gêneros alimentícios para produção das refeições pela própria instituição é a solução já utilizada a diversos anos de modo que a unidade já dispõe de expertise suficiente para esse modelo de produção. Assim, o campus utilizará toda estrutura existentes sem implicar em novas soluções ou outras contratações.

7. Descrição da solução como um todo

Tendo em vistas as possibilidades encontradas no mercado para atendimento das demandas do IFPE - Campus Vitória de Santo Antão, esta equipe de planejamento entende como solução viável a aquisição de gêneros alimentícios para produção própria das refeições no restaurante estudantil como sendo aquela mais viável.

Importa ressaltar que tal solução já vem sendo utilizada nos últimos anos e vem demonstrando resultados satisfatórios do ponto do atendimento da necessidade.

A solução encontrada consiste na aquisição por meio de contratação emergencial de gêneros alimentícios a exemplo de feijão, arroz, carnes, legumes e verduras e demais produtos previstos no cardápio, que serão entregues de forma parcelada, conforme solicitação do setor de nutrição.

Tal procedimento garantirá a continuidade do fornecimento das refeições, sem que implique na paralisação das atividades letivas.

Ademais, a aquisição dos gêneros alimentícios, para produção das refeições no campus proporciona utilização da estrutura existente utilizando de todo aparato que já funciona desta forma.

As divisões dos lotes se deram da seguinte forma:

Grupo 1 - Gêneros Secos,

Grupo 2 - Carnes e Frios

Grupo 3 - Materiais de Padaria.

Ainda assim destaca-se que, atualmente o IFPE não dispõe de ATA de Registro de Preço Em vigência, sendo necessário maior celeridade com vistas a concluir o presente processo, o que justificará a não abertura da IRP para outros órgão.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A quantidade Estimada deste Estudo Técnico Preliminar refere-se a demanda do IFPE - Campus Vitória de Santo Antão, de modo que a demanda Total da Contratação constará no Termo de Referência da aquisição, contemplando todos as unidades participantes.

| Item | CATMAT | Descrição | Unidade de medida | Quantidade |
|--------------------------|--------|---|-------------------|------------|
| GRUPO 01 - GÊNEROS SECOS | | | | |
| 1 | 463551 | Achocolatado liquido, bebida láctea, sabor chocolate, pronto para beber, tipo caixinha uht com 200 ml. Prazo de validade mínimo de 4 meses no ato da entrega. | Und | 3120 |
| 2 | 463988 | Açúcar tipo cristal branco, prazo de validade mínimo de 12 meses no ato da entrega. Embalagem de 1 Kg. | Kg | 910 |
| 3 | 407523 | Adoçante artificial liquido para consumo, a base de sucralose. Prazo de validade mínimo de 12 meses no ato da entrega. Embalagem com 75 ml | Und | 7,0 |

| | | | | |
|----|--------|---|-----|------|
| 4 | 340428 | Amaciante de carne. Prazo de validade mínimo de 12 meses no ato da entrega. Em embalagem aluminizada, contendo 1Kg. | Kg | 13 |
| 5 | 458908 | Arroz parboilizado longo, fino, tipo 1. Prazo de validade mínimo de 8 meses no ato da entrega. Embalagem de 1 Kg. | Kg | 2275 |
| 6 | 458910 | Arroz integral longo fino tipo 1. Prazo de validade mínimo de 8 meses no ato da entrega. Embalagem de 1 Kg. | Kg | 195 |
| 7 | 460501 | Aveia em flocos finos. Prazo de validade mínimo de 6 meses no ato da entrega. Acondicionado em embalagem primária plástica e secundária em caixinha de papelão, contendo 170 g. | Cx | 78 |
| 8 | 478822 | Azeite de oliva extra virgem, acidez até 0,5%. Embalagem de vidro escuro, contendo 500 ml. Prazo de validade mínimo de 6 meses no ato da entrega. | Und | 26 |
| 9 | 459638 | Azeitona verde sem caroço em conserva. Tamanho grande. Embalagem com 3 Kg. | Und | 7 |
| 10 | 463707 | Batata palha tradicional. Prazo de validade mínimo de 4 meses no ato da entrega. Em embalagem aluminizada. Embalagem com 500 g. | Und | 65 |
| 11 | 235092 | Biscoito apresentação quadrado, tipo cream cracker, salgado, sem recheio (sem gordura trans). Prazo de validade mínimo de 6 meses no ato da entrega. Embalagem com 350 g. | Und | 26 |
| 12 | 217132 | Biscoito apresentação retangular, sabor tipo "maizena", doce, sem recheio (sem gordura trans). Prazo de validade mínimo de 6 meses no ato da entrega. Embalagem com 400 g. | Und | 78 |
| 13 | 320674 | Biscoito tipo recheado sabor chocolate, formato circular, doce. Prazo de validade mínimo de 5 meses no ato da entrega. Em embalagem aluminizada, contendo 60g. | Und | 3120 |
| 14 | 463593 | Café em pó, torrado e moído 100% puro. Embalado a vácuo. Prazo de validade mínimo de 12 meses no ato da entrega. Pacote com 250 g. | Und | 260 |
| 15 | 463872 | Canela em pó. Ingredientes: canela em pó. Prazo de validade mínimo de 12 meses no ato da entrega. Pote contendo entre 30 a 35 g. | Und | 13 |
| | | | | |

| | | | | |
|----|--------|--|-----|------|
| 16 | 463547 | Chocolate em pó solúvel, composto de no mínimo 50% de cacau, Caixa contendo 200 g com rotulagem nutricional. | Und | 39 |
| 17 | 150988 | Condimento alimentício tipo colorau, apresentação industrial, tipo pó. Embalagem plástica, contendo 1 Kg. Prazo de validade mínimo de 8 meses no ato da entrega. | Kg | 195 |
| 18 | 463860 | Condimento in natura triturado, espécie alho, tipo cateto roxo. Com rotulagem nutricional na embalagem. Prazo de validade mínimo de 8 meses no ato da entrega. Embalagem com 1 Kg. | Kg | 104 |
| 19 | 463891 | Condimento, apresentação industrial, tipo cominho, moído sem pimenta, aplicação culinária. Apresentação em sachê ou pote plástico com aproximadamente 60 g, com rotulagem. | Und | 338 |
| 20 | 446533 | Creme de leite integral. Embalagem de caixinha tipo tetra pak contendo 200 g. Prazo de validade mínimo de 6 meses no ato da entrega. | Und | 481 |
| 21 | 462823 | Ervilha em conserva. Embalagem tipo tetra pak, peso aproximado de 200 g. Prazo de validade mínimo de 8 meses no ato da entrega. | Und | 156 |
| 22 | 346922 | Extrato de tomate concentrado, embalagem tipo tetra pak de 1 kg. Prazo de validade mínimo de 8 meses no ato da entrega. | Und | 195 |
| 23 | 459009 | Farinha de mandioca torrada, seca, fina, branca. Prazo de validade mínimo de 6 meses no ato da entrega. Acondicionada em embalagem plástica com rotulagem. | Kg | 910 |
| 24 | 459017 | Farinha de milho flocada, tipo flocão de milho para cuscuz. Acondicionada em embalagem plástica contendo 500g. Prazo de validade mínimo de 5 meses no ato da entrega. | Pct | 1300 |
| 25 | 464563 | Feijão tipo 1 rajado. Prazo de validade mínimo de 5 meses no ato da entrega. Acondicionada em embalagem plástica com rotulagem contendo 1 Kg. | Kg | 1170 |
| 26 | 464567 | Feijão tipo 1 macassar. Prazo de validade mínimo de 5 meses no ato da entrega. Acondicionada em embalagem plástica com rotulagem contendo 1 Kg. | Kg | 520 |
| | | Feijão tipo 1 preto. Prazo de validade mínimo de 5 meses no ato da entrega. | | |

| | | | | |
|----|--------|---|-----|------|
| 27 | 464552 | Acondicionada em embalagem plástica com rotulagem contendo 1 Kg. | Kg | 910 |
| 28 | 463904 | Folha de louro desidratada, em folhas. Apresentação em sachê plástico de peso aproximado de 4 g, com rotulagem. | Und | 195 |
| 29 | 464569 | Grão de bico. Acondicionada em embalagem plástica com rotulagem. Pacote com 500 g. | Pct | 195 |
| 30 | 459663 | Catchup. Ingredientes básicos: tomate, açúcar, vinagre e sal. Pote com 400 g Prazo de validade mínimo de 12 meses no ato da entrega. Apresentando rotulagem na embalagem. | Und | 130 |
| 31 | 464011 | Leite de coco integral. Vasilhame de vidro com 200 ml. Prazo de validade mínimo de 8 meses no ato da entrega. | Und | 260 |
| 32 | 446019 | Leite em pó integral instantâneo. Prazo de validade mínimo de 6 meses no ato da entrega. Acondicionado em embalagem aluminizada com rotulagem de 200 g | Und | 1040 |
| 33 | 458951 | Macarrão, tipo 1, formato espaguete, sem colesterol, sem gordura trans, pacote com 500 g. Prazo de validade mínimo de 6 meses no ato da entrega. Acondicionado em embalagem plástica com rotulagem. | Und | 1040 |
| 34 | 459661 | Maionese, tipo tradicional (sem gordura trans, light em calorias) - 240kcal/100g. Embalagem de 500g com rotulagem. Prazo de validade mínimo de 5 meses no ato da entrega. | Und | 78 |
| 35 | 463699 | Margarina vegetal, 80% de lipídeo, sem gordura trans. Prazo de validade mínimo de 5 meses no ato da entrega. Acondicionado em pote plástico com rotulagem de 500g. | Und | 260 |
| 36 | 459004 | Massa para lasanha, ideal para ir direto ao forno, pacote com 200g. Prazo de validade mínimo de 8 meses no ato da entrega. Acondicionada em embalagem plástica com rotulagem. | Und | 195 |
| 37 | 279262 | Milho para mungunzá (canjica). Pacote com 500 g. Prazo de validade mínimo de 6 meses no ato da entrega. Acondicionada em embalagem plástica com rotulagem. | Und | 26 |
| 38 | 462824 | Milho verde em conserva, embalagem tipo tetra pak, peso aproximado de 200 g. Prazo de validade mínimo de 8 meses no ato da entrega. | Und | 156 |
| | | | | |

| | | | | |
|----|--------|--|-----|------|
| 39 | 473285 | Mistura para o preparo de purê de batata (purê de batata em flocos ou batata desidratada em flocos) – Embalagem com rotulagem contendo 1000 gramas. | Und | 130 |
| 40 | 459655 | Molho alimentício inglês. Embalagem garrafa com 900ml. Prazo de validade mínimo de 6 meses no ato da entrega. | Und | 7 |
| 41 | 459653 | Molho alimentício shoyu. Embalagem garrafa com 900ml. Prazo de validade mínimo de 6 meses no ato da entrega. | Und | 13 |
| 42 | 463691 | Óleo vegetal comestível matéria prima milho ou girassol ou canola - Garrafa de 900ml. Prazo de validade mínimo de 5 meses no ato da entrega. | Und | 520 |
| 43 | 449000 | Peixe em conserva de óleo tipo sardinha – embalagem abre fácil, peso líquido. Lata de 250 g. | Und | 1300 |
| 44 | 245598 | Proteína texturizada de soja, tipo carne moída. Cor escura (carne vermelha) – acondicionada em embalagem plástica com rotulagem. Embalagem 400g. | Und | 390 |
| 45 | 225850 | Queijo ralado tipo parmesão, pacote com 50 g. Acondicionado em embalagem plástica com rotulagem. Prazo de validade mínimo de 3 meses no ato da entrega. | Und | 390 |
| 46 | 454017 | Sal refinado iodado em forma de sachê - embalagem individual em sachê contendo 1 grama. Caixa contendo 1000 sachês. | Cx | 39 |
| 47 | 454017 | Sal refinado iodado teor máximo de sódio (196mg/g), Embalagem com 1Kg | Kg | 260 |
| 48 | 326671 | Suco de fruta natural, pronto para beber, tipo caixinha UHT, sabor manga. Embalagem de 200ml | Und | 3120 |
| 49 | 339479 | Tempero, apresentação em pó, uso culinário, sabor caldo de carne, Prazo de validade mínimo de 8 meses no ato da entrega. Acondicionado em embalagem aluminizada com rotulagem de 1 Kg. | Kg | 26 |
| 50 | 339478 | Tempero, apresentação em pó, uso culinário, sabor caldo de galinha. Prazo de validade mínimo de 8 meses no ato da entrega. Acondicionado em embalagem aluminizada com rotulagem de 1 Kg. | Kg | 26 |
| | | Tempero, tipo caldo, apresentação tablete, uso culinário, sabor galinha. Embalagem | | |

| | | | | |
|----------------------------------|--------|---|-----|------|
| 51 | 241571 | com 2 unidades. Prazo de validade mínimo de 8 meses no ato da entrega. | Und | 312 |
| 52 | 217096 | Vinagre de álcool de cana de açúcar, tipo neutro, aspecto líquido, límpido e sem depósitos. Acondicionado em garrafa plástica com rotulagem de 500ml. Prazo de validade mínimo de 12 meses no ato da entrega. | Und | 468 |
| GRUPO 02 - CARNES E FRIOS | | | | |
| 53 | 447432 | Carne bovina in natura, s/ osso "Coxão mole" resfriada - com embalagem secundária de papelão 25Kg | Kg | 3441 |
| 54 | 447414 | Costela bovina congelada - Carne congelada embalada a vácuo | Kg | 75 |
| 55 | 447636 | Coxa e sobrecoxa de frango congelada - Carne congelada embalada a vácuo, com fardo de aproximadamente 20kg, com embalagem secundária de papelão. | Kg | 4080 |
| 56 | 447581 | Filé de peito de frango (inteiro individual desossado sem pele) congelado – Carne congelada a vácuo, com fardo de aproximadamente 20 kg, com embalagem secundária de papelão. | Kg | 2760 |
| 57 | 448946 | Peixe posta tipo Dourado – Pescado congelado embalada a vácuo a cada 1 kg, com fardo de 10kg, com embalagem secundária de papelão. Corte: posta. | Kg | 1200 |
| 58 | 451062 | Carne bovina congelada tipo paleta – Carne congelada embalada a vácuo, com fardo de aproximadamente 20 Kg, com embalagem secundária de papelão. | Kg | 900 |
| 59 | 454340 | Carne bovina congelada para cozido com osso (chambaril, braço) – Carne congelada embalada a vácuo, com fardo de aproximadamente 20Kg, com embalagem secundária de papelão. | Kg | 240 |
| 60 | 449182 | Linguiça Paio resfriada embalada a vácuo | Kg | 120 |
| 61 | 447702 | Linguiça calabresa resfriada embalada a vácuo | Kg | 135 |
| 62 | 447666 | Toucinho (bacon) embalada a vácuo | Kg | 15 |
| | | | | |

| | | | | |
|----|--------|---|-----|------|
| 63 | 480424 | Carne de charque traseira lagarto plano – Tipo jerked beef, embalada a vácuo, fardo de 5kg. | Kg | 600 |
| 64 | 446712 | logurte liquido, com polpa de frutas, sem adição de açúcares - Embalagem individual com 170 ml tipo garrafinha. | Und | 2880 |
| 65 | 446633 | Queijo mussarela resfriado - Embalagem individual plastica a vácuo, com peso aproximado de 4 kg | kg | 240 |
| 66 | 446393 | Manteiga de primeira qualidade, com sal. Pote de 200g | Und | 120 |
| 67 | 405351 | Requeijão cremoso integral tradicional - Pote com 200g | Und | 120 |
| 68 | 447765 | Presunto de frango cozido resfriado sem capa de gordura – Embalagem individual plástica de 3,5 kg aproximadamente | Kg | 63 |
| 69 | 446618 | Ovos de galinha - Caixa com 30 unidades. Tamanho grande. | Bdj | 552 |

GRUPO 03 - Materiais de Padaria

| | | | | |
|----|--------|--|------|----|
| 70 | 465332 | Farinha de trigo especial. Saco com 25Kg | SACO | 11 |
| 71 | 460263 | Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico com fermento, Pacote de 1 kg | Kg | 78 |
| 72 | 460265 | Farinha de trigo pré-mistura para pão francês. Saco com 25 Kg | SACO | 39 |
| 73 | 460265 | Fermento biológico instantâneo – Pacote com 500g | UND | 13 |
| 74 | 465549 | Pão francês | Kg | 52 |
| 75 | 460386 | Pão tipo cachorro-quente (sedinha) | Kg | 52 |
| 76 | 460394 | Pão tipo doce de coco | Kg | 52 |
| | | | | |

| | | | | |
|----|--------|------------------------------------|-----|----|
| 77 | 467538 | Reforço para pão – Pacote com 500g | UND | 13 |
|----|--------|------------------------------------|-----|----|

9. Estimativa do Valor da Contratação

A estimativa de valor da contratação realizada no presente ETP visa levantar o eventual gasto com a solução escolhida de modo a avaliar a viabilidade econômica da opção.

O valor estimado da contratação em tela é de **R\$ 550.165, 26 (quinhentos e cinquenta mil, cento e sessenta e cinco reais e vinte e seis centavos) conforme planilha Estimativa de Preço. ANEXO I.**

Para a presente estimativa do valor da contratação foi realizada uma pesquisa de preços simplificada junto ao sistema painel de preço.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando o objeto da Contratação tratar-se da Aquisição de Gêneros Alimentícios, optou-se por realizar os agrupamentos dos itens conforme os tipos do produto e suas características de entrega. Assim, foram criados 3 grupo, sendo eles: Grupo 01 Gêneros Secos, Grupo 02 Carnes e Grupo 03 Padaria.

A utilização de grupos para a presente contratação possibilita melhor gestão contratual, bem como favorece a entrega dos produtos, de modo que produtos similares serão entregues por uma única empresa, possibilitando assim maior eficiência na efetivação do que foi planejado, evitando ausência de itens por falta e ou atrasos nas entregas.

O agrupamento possibilita também a oferta de menores preços para a administração, em virtude do aumento da quantidade de itens a serem comercializados implicando na redução dos custos de entrega.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

O Portal de Compras Governamentais define contratações correlatas como aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal. Já as contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas associada ao objeto principal para sua completa prestação.

Desta forma, não foi identificado no IFPE – Campus Vitória de Santo Antão contratações correlatas ou interdependentes ao objeto da contratação em tela.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os quantitativos do Órgão Gerenciador estão inseridos no PAC do ano vigente e, portanto, há alinhamento entre a contratação e o planejamento.

É responsabilidade dos Órgãos Participantes a inserção dos itens e respectivos quantitativos no PAC de suas respectivas Unidades Administrativas de Serviços Gerais - UASG para que haja alinhamento entre a contratação e o planejamento.

13. Resultados Pretendidos

Os resultados pretendidos com a contratação são:

1. Pleno funcionamento do restaurante estudantil do Campus Vitória de Santo Antão
2. Garantia da segurança alimentar dos estudantes, por meio do fornecimento de refeições;
3. Garantia do adequado andamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
4. Evitar a paralisação das atividades institucionais, tendo em vista que o funcionamento das atividades acadêmicas, perpassam pela funcionamento do restaurante est

14. Providências a serem Adotadas

Para a celebração do contrato não serão necessárias a adoção de providências prévias, tendo em vista que o espaço físico existente já comporta os materiais a adquirir e, no que se refere à fiscalização de contratos, os servidores do Campus já possuem qualificação para recebimento, conferência, ateste e incorporação dos itens ao patrimônio do Campus, não sendo o objeto atual específico a ponto de exigir capacitação diferenciada.

15. Possíveis Impactos Ambientais

É comum, que os materiais enviados por meio de transportadoras venham envolvidos em caixas de papelão, isopores, e plásticos para a devida proteção contra avarias. Desta forma, as respectivas embalagens devem ser descartadas em local adequado, evitando danos ao ambiente, além do mais deve-se considerar a proibição do uso industrial de embalagens metálicas soldadas com liga de chumbo e estanho para acondicionamento de gêneros alimentícios, conforme Lei 9.832 /1999)

Com vistas a minimizar e/ou reduzir os impactos ambientes o Campus Vitória de Santo Antão deverá realizar os descarte de forma adequado, optando pela possibilidade de coleta seletiva para as embalagens e vedando o fornecimento de alimentos em embalagens proibidas pela lei 9.832/1999.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando o presente Estudo Técnico Preliminar a contratação em tela deve ser considerada viável, tendo em vistas que entre as soluções apresentadas e a escolhida a administração poderá utiliza-la para atendimento satisfatório da demanda.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ESTEFANO JUAN NUNES DA SILVA

Diretor de Administração e Planejamento



Assinou eletronicamente em 21/10/2024 às 09:53:54.



Documento assinado digitalmente

EVELINE VIANA DA SILVA

Data: 21/10/2024 15:13:55-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

EVELINE VIANA DA SILVA

Equipe de Planejamento de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Mapa de preço alimentos alterado..pdf (72.47 KB)

Anexo I - Mapa de preço alimentos alterado..pdf

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

| | | | | | |
|----------------------|--------------------------------------|-------|--------|--------------|----------------|
| UG: | 26418 | UASG: | 158465 | Processo nº: | |
| Objeto: | Gêneros alimentícios (gêneros secos) | | | | R\$ 550.165,23 |
| Tipo de contratação: | Material de Consumo (X) | | | | |

| Item | CATMAT | Descrição | Unidade de medida | Quantidade | Valores Referenciais | |
|------|--------|---|-------------------|------------|------------------------------|---------------------------|
| | | | | | Preço de Referência Unitário | Preço de Referência Total |
| 1 | 463551 | Achocolatado liquido, bebida láctea, sabor chocolate, pronto para beber, tipo caixinha uht com 200 ml. Prazo de validade mínimo de 4 meses no ato da entrega. | Und | 3120 | R\$ 1,23 | R\$ 3.837,60 |
| 2 | 463988 | Açúcar tipo cristal branco, prazo de validade mínimo de 12 meses no ato da entrega. Embalagem de 1 Kg. | Kg | 910 | R\$ 4,17 | R\$ 3.792,88 |
| 3 | 407523 | Adoçante artificial liquido para consumo, a base de sucralose. Prazo de validade mínimo de 12 meses no ato da entrega. Embalagem com 75 ml | Und | 7 | R\$ 11,70 | R\$ 81,90 |
| 4 | 340428 | Amaciante de carne. Prazo de validade mínimo de 12 meses no ato da entrega. Em embalagem aluminizada, contendo 1Kg. | Kg | 13 | R\$ 8,90 | R\$ 115,65 |
| 5 | 458908 | Arroz parboilizado longo, fino, tipo 1. Prazo de validade mínimo de 8 meses no ato da entrega. Embalagem de 1 Kg. | Kg | 2275 | R\$ 5,44 | R\$ 12.380,55 |

| | | | | | | |
|----|--------|---|-----|------|-----------|---------------|
| 6 | 458910 | Arroz integral longo fino tipo 1. Prazo de validade mínimo de 8 meses no ato da entrega. Embalagem de 1 Kg. | Kg | 195 | R\$ 6,52 | R\$ 1.271,01 |
| 7 | 460501 | Aveia em flocos finos. Prazo de validade mínimo de 6 meses no ato da entrega. Acondicionado em embalagem primária plástica e secundaria em caixinha de papelão, contendo 170 g. | Cx | 78 | R\$ 6,98 | R\$ 544,44 |
| 8 | 478822 | Azeite de oliva extra virgem, acidez até 0,5%. Embalagem de vidro escuro, contendo 500 ml. Prazo de validade mínimo de 6 meses no ato da entrega. | Und | 26 | R\$ 38,62 | R\$ 1.004,02 |
| 9 | 459638 | Azeitona verde sem caroço em conserva. Tamanho grande. Embalagem com 3 Kg. | Und | 7 | R\$ 58,05 | R\$ 406,34 |
| 10 | 463707 | Batata palha tradicional. Prazo de validade mínimo de 4 meses no ato da entrega. Em embalagem aluminizada. Embalagem com 500 g. | Und | 65 | R\$ 10,54 | R\$ 684,97 |
| 11 | 235092 | Biscoito apresentação quadrado, tipo cream cracker, salgado, sem recheio (sem gordura trans). Prazo de validade mínimo de 6 meses no ato da entrega. Embalagem com 350 g. | Und | 26 | R\$ 3,92 | R\$ 101,97 |
| 12 | 217132 | Biscoito apresentação retangular, sabor tipo “maizena”, doce, sem recheio (sem gordura trans). Prazo de validade mínimo de 6 meses no ato da entrega. Embalagem com 400 g. | Und | 78 | R\$ 4,39 | R\$ 342,11 |
| 13 | 320674 | Biscoito tipo recheado sabor chocolate, formato circular, doce. Prazo de validade mínimo de 5 meses no ato da entrega. Em embalagem aluminizada, contendo 60g. | Und | 3120 | R\$ 4,38 | R\$ 13.655,20 |
| 14 | 463593 | Café em pó, torrado e moído 100% puro. Embalado a vácuo. Prazo de validade mínimo de 12 meses no ato da entrega. Pacote com 250 g. | Und | 260 | R\$ 9,32 | R\$ 2.422,68 |

| | | | | | | |
|----|--------|--|-----|-----|-----------|--------------|
| 15 | 463872 | Canela em pó. Ingredientes: canela em pó. Prazo de validade mínimo de 12 meses no ato da entrega. Pote contendo entre 30 a 35 g. | Und | 13 | R\$ 10,18 | R\$ 132,34 |
| 16 | 463547 | Chocolate em pó solúvel, composto de no mínimo 50% de cacau, Caixa contendo 200 g com rotulagem nutricional. | Und | 39 | R\$ 16,44 | R\$ 641,26 |
| 17 | 150988 | Condimento alimentício tipo colorau, apresentação industrial, tipo pó. Embalagem plástica, contendo 1 Kg. Prazo de validade mínimo de 8 meses no ato da entrega. | Kg | 195 | R\$ 10,64 | R\$ 2.075,58 |
| 18 | 463860 | Condimento in natura triturado, espécie alho, tipo cateto roxo. Com rotulagem nutricional na embalagem. Prazo de validade mínimo de 8 meses no ato da entrega. Embalagem com 1 Kg. | Kg | 104 | R\$ 21,44 | R\$ 2.229,55 |
| 19 | 463891 | Condimento, apresentação industrial, tipo cominho, moído sem pimenta, aplicação culinária. Apresentação em sachê ou pote plástico com aproximadamente 60 g, com rotulagem. | Und | 338 | R\$ 2,67 | R\$ 901,78 |
| 20 | 446533 | Creme de leite integral. Embalagem de caixinha tipo tetra pak contendo 200 g. Prazo de validade mínimo de 6 meses no ato da entrega. | Und | 481 | R\$ 3,04 | R\$ 1.461,28 |
| 21 | 462823 | Ervilha em conserva. Embalagem tipo tetra pak, peso aproximado de 200 g. Prazo de validade mínimo de 8 meses no ato da entrega. | Und | 156 | R\$ 3,23 | R\$ 503,26 |
| 22 | 346922 | Extrato de tomate concentrado, embalagem tipo tetra pak de 1 kg. Prazo de validade mínimo de 8 meses no ato da entrega. | Und | 195 | R\$ 14,86 | R\$ 2.898,48 |

| | | | | | | |
|-----------|---------------|---|-----|------|-----------------|---------------------|
| 23 | 459009 | Farinha de mandioca torrada, seca, fina, branca. Prazo de validade mínimo de 6 meses no ato da entrega. Acondicionada em embalagem plástica com rotulagem. | Kg | 910 | R\$ 6,25 | R\$ 5.685,68 |
| 24 | 459017 | Farinha de milho flocada, tipo flocão de milho para cuscuz. Acondicionada em embalagem plástica contendo 500g. Prazo de validade mínimo de 5 meses no ato da entrega. | Pct | 1300 | R\$ 2,51 | R\$ 3.260,40 |
| 25 | 464563 | Feijão tipo 1 rajado. Prazo de validade mínimo de 5 meses no ato da entrega. Acondicionada em embalagem plástica com rotulagem contendo 1 Kg. | Kg | 1170 | R\$ 7,53 | R\$ 8.812,44 |
| 26 | 464567 | Feijão tipo 1 macassar. Prazo de validade mínimo de 5 meses no ato da entrega. Acondicionada em embalagem plástica com rotulagem contendo 1 Kg. | Kg | 520 | R\$ 8,42 | R\$ 4.380,48 |
| 27 | 464552 | Feijão tipo 1 preto. Prazo de validade mínimo de 5 meses no ato da entrega. Acondicionada em embalagem plástica com rotulagem contendo 1 Kg. | Kg | 910 | R\$ 9,03 | R\$ 8.215,48 |
| 28 | 463904 | Folha de louro desidratada, em folhas. Apresentação em sachê plástico de peso aproximado de 4 g, com rotulagem. | Und | 195 | R\$ 2,94 | R\$ 573,69 |
| 29 | 464569 | Grão de bico. Acondicionada em embalagem plástica com rotulagem. Pacote com 500 g. | Pct | 195 | R\$ 7,95 | R\$ 1.550,25 |
| 30 | 459663 | Catchup. Ingredientes básicos: tomate, açúcar, vinagre e sal. Pote com 400 g Prazo de validade mínimo de 12 meses no ato da entrega. Apresentando rotulagem na embalagem. | Und | 130 | R\$ 4,01 | R\$ 521,04 |

| | | | | | | |
|-----------|---------------|---|-----|------|------------------|---------------------|
| 31 | 464011 | Leite de coco integral. Vasilhame de vidro com 200 ml. Prazo de validade mínimo de 8 meses no ato da entrega. | Und | 260 | R\$ 4,07 | R\$ 1.058,20 |
| 32 | 446019 | Leite em pó integral instantâneo. Prazo de validade mínimo de 6 meses no ato da entrega. Acondicionado em embalagem aluminizada com rotulagem de 200 g | Und | 1040 | R\$ 7,49 | R\$ 7.791,68 |
| 33 | 458951 | Macarrão, tipo 1, formato espaguete, sem colesterol, sem gordura trans, pacote com 500 g. Prazo de validade mínimo de 6 meses no ato da entrega. Acondicionado em embalagem plástica com rotulagem. | Und | 1040 | R\$ 2,76 | R\$ 2.874,56 |
| 34 | 459661 | Maionese, tipo tradicional (sem gordura trans, light em calorias) - 240kcal/100g. Embalagem de 500g com rotulagem. Prazo de validade mínimo de 5 meses no ato da entrega. | Und | 78 | R\$ 7,23 | R\$ 563,78 |
| 35 | 463699 | Margarina vegetal, 80% de lipídeo, sem gordura trans. Prazo de validade mínimo de 5 meses no ato da entrega. Acondicionado em pote plástico com rotulagem de 500g. | Und | 260 | R\$ 7,17 | R\$ 1.864,72 |
| 36 | 459004 | Massa para lasanha, ideal para ir direto ao forno, pacote com 200g. Prazo de validade mínimo de 8 meses no ato da entrega. Acondicionada em embalagem plástica com rotulagem. | Und | 195 | R\$ 10,00 | R\$ 1.949,22 |
| 37 | 279262 | Milho para mungunzá (canjica). Pacote com 500 g. Prazo de validade mínimo de 6 meses no ato da entrega. Acondicionada em embalagem plástica com rotulagem. | Und | 26 | R\$ 2,80 | R\$ 72,75 |

| | | | | | | |
|-----------|---------------|---|-----|------|------------------|----------------------|
| 38 | 462824 | Milho verde em conserva, embalagem tipo tetra pak, peso aproximado de 200 g. Prazo de validade mínimo de 8 meses no ato da entrega. | Und | 156 | R\$ 3,86 | R\$ 602,16 |
| 39 | 473285 | Mistura para o preparo de purê de batata (purê de batata em flocos ou batata desidratada em flocos) – Embalagem com rotulagem contendo 1000 gramas. | Und | 130 | R\$ 30,86 | R\$ 4.012,06 |
| 40 | 459655 | Molho alimentício inglês. Embalagem garrafa com 900ml. Prazo de validade mínimo de 6 meses no ato da entrega. | Und | 7 | R\$ 8,17 | R\$ 57,19 |
| 41 | 459653 | Molho alimentício shoyu. Embalagem garrafa com 900ml. Prazo de validade mínimo de 6 meses no ato da entrega. | Und | 13 | R\$ 11,34 | R\$ 147,42 |
| 42 | 463691 | Óleo vegetal comestível matéria prima milho ou girassol ou canola - Garrafa de 900ml. Prazo de validade mínimo de 5 meses no ato da entrega. | Und | 520 | R\$ 12,65 | R\$ 6.576,96 |
| 43 | 449000 | Peixe em conserva de óleo tipo sardinha – embalagem abre fácil, peso líquido. Lata de 250 g. | Und | 1300 | R\$ 9,76 | R\$ 12.693,20 |
| 44 | 245598 | Proteína texturizada de soja, tipo carne moída. Cor escura (carne vermelha) – acondicionada em embalagem plástica com rotulagem. Embalagem 400g. | Und | 390 | R\$ 6,69 | R\$ 2.610,66 |
| 45 | 225850 | Queijo ralado tipo parmesão, pacote com 50 g. Acondicionado em embalagem plástica com rotulagem. Prazo de validade mínimo de 3 meses no ato da entrega. | Und | 390 | R\$ 4,20 | R\$ 1.636,44 |

| | | | | | | |
|----|--------|---|-----|------|-----------|--------------|
| 46 | 454017 | Sal refinado iodado em forma de sachê - embalagem individual em sachê contendo 1 grama. Caixa contendo 1000 sachês. | Cx | 39 | R\$ 12,03 | R\$ 469,25 |
| 47 | 454017 | Sal refinado iodado teor máximo de sódio (196mg/g), Embalagem com 1Kg | Kg | 260 | R\$ 1,77 | R\$ 460,20 |
| 48 | 326671 | Suco de fruta natural, pronto para beber, tipo caixinha UHT, sabor manga. Embalagem de 200ml | Und | 3120 | R\$ 1,48 | R\$ 4.611,36 |
| 49 | 339479 | Tempero, apresentação em pó, uso culinário, sabor caldo de carne, Prazo de validade mínimo de 8 meses no ato da entrega. Acondicionado em embalagem aluminizada com rotulagem de 1 Kg. | Kg | 26 | R\$ 4,90 | R\$ 127,40 |
| 50 | 339478 | Tempero, apresentação em pó, uso culinário, sabor caldo de galinha. Prazo de validade mínimo de 8 meses no ato da entrega. Acondicionado em embalagem aluminizada com rotulagem de 1 Kg. | Kg | 26 | R\$ 4,97 | R\$ 129,32 |
| 51 | 241571 | Tempero, tipo caldo, apresentação tablete, uso culinário, sabor galinha. Embalagem com 2 unidades. Prazo de validade mínimo de 8 meses no ato da entrega. | Und | 312 | R\$ 2,60 | R\$ 812,45 |
| 52 | 217096 | Vinagre de álcool de cana de açúcar, tipo neutro, aspecto líquido, límpido e sem depósitos. Acondicionado em garrafa plástica com rotulagem de 500ml. Prazo de validade mínimo de 12 meses no ato da entrega. | Und | 468 | R\$ 1,48 | R\$ 694,51 |

| | | | | | | |
|----|--------|---|----|------|-----------|----------------|
| 53 | 447432 | Carne bovina in natura, s/ osso “Coxão mole” resfriada - com embalagem secundária de papelão 25Kg | Kg | 3441 | R\$ 40,50 | R\$ 139.360,50 |
| 54 | 447414 | Costela bovina congelada - Carne congelada embalada a vácuo | Kg | 75 | R\$ 21,47 | R\$ 1.610,40 |
| 55 | 447636 | Coxa e sobrecoxa de frango congelada - Carne congelada embalada a vácuo, com fardo de aproximadamente 20kg, com embalagem secundária de papelão. | Kg | 4080 | R\$ 14,75 | R\$ 60.196,32 |
| 56 | 447581 | Filé de peito de frango (inteiro individual desossado sem pele) congelado – Carne congelada a vácuo, com fardo de aproximadamente 20 kg, com embalagem secundária de papelão. | Kg | 2760 | R\$ 24,84 | R\$ 68.563,92 |
| 57 | 448946 | Peixe posta tipo Dourado – Pescado congelado embalada a vácuo a cada 1 kg, com fardo de 10kg, com embalagem | Kg | 1200 | R\$ 24,98 | R\$ 29.980,80 |
| 58 | 451062 | Carne bovina congelada tipo paleta – Carne congelada embalada a vácuo, com fardo de aproximadamente 20 Kg, com embalagem secundária de papelão. | Kg | 900 | R\$ 34,15 | R\$ 30.736,80 |
| 59 | 454340 | Carne bovina congelada para cozido com osso (chambaril, braço) – Carne congelada embalada a vácuo, com fardo de aproximadamente 20Kg, com embalagem secundária de papelão. | Kg | 240 | R\$ 22,15 | R\$ 5.316,00 |
| 60 | 449182 | Linguiça Paio resfriada embalada a vácuo | Kg | 120 | R\$ 31,37 | R\$ 3.764,16 |
| 61 | 447702 | Linguiça calabresa resfriada embalada a vácuo | Kg | 135 | R\$ 35,83 | R\$ 4.836,51 |

| | | | | | | |
|----|--------|---|------|------|------------|---------------|
| 62 | 447666 | Toucinho (bacon) embalada a vácuo | Kg | 15 | R\$ 33,11 | R\$ 496,59 |
| 63 | 480424 | Carne de charque traseira lagarto plano – Tipo jerked beef, embalada a vácuo, fardo de 5kg. | Kg | 600 | R\$ 39,66 | R\$ 23.793,60 |
| 64 | 446712 | Iogurte líquido, com polpa de frutas, sem adição de açúcares - Embalagem individual com 170 ml tipo garrafinha. | Und | 2880 | R\$ 3,77 | R\$ 10.857,60 |
| 65 | 446633 | Queijo mussarela resfriado - Embalagem individual plástica a vácuo, com peso aproximado de 4 kg | kg | 240 | R\$ 49,62 | R\$ 11.908,80 |
| 66 | 446393 | Manteiga de primeira qualidade, com sal. Pote de 200g | Und | 120 | R\$ 12,74 | R\$ 1.528,56 |
| 67 | 405351 | Requeijão cremoso integral tradicional - Pote com 200g | Und | 120 | R\$ 8,78 | R\$ 1.053,60 |
| 68 | 447765 | Presunto de frango cozido resfriado sem capa de gordura – Embalagem individual plástica de 3,5 kg aproximadamente | Kg | 63 | R\$ 24,24 | R\$ 1.527,37 |
| 69 | 446618 | Ovos de galinha - Caixa com 30 unidades. Tamanho grande. | Bdj | 552 | R\$ 19,57 | R\$ 10.803,74 |
| 70 | 465332 | Farinha de trigo especial. Saco com 25Kg | SACO | 11 | R\$ 100,94 | R\$ 1.110,30 |
| 71 | 460263 | Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico com fermento, Pacote de 1 kg | Kg | 78 | R\$ 7,18 | R\$ 559,88 |
| 72 | 460265 | Farinha de trigo pré-mistura para pão francês. Saco com 25 Kg | SACO | 39 | R\$ 77,74 | R\$ 3.032,02 |
| 73 | 460265 | Fermento biológico instantâneo – Pacote com 500g | UND | 13 | R\$ 19,06 | R\$ 247,81 |
| 74 | 465549 | Pão francês | Kg | 52 | R\$ 12,18 | R\$ 633,36 |

| | | | | | | |
|----|--------|------------------------------------|-----|----|-----------|------------|
| 75 | 460386 | Pão tipo cachorro-quente (sedinha) | Kg | 52 | R\$ 15,77 | R\$ 819,83 |
| 76 | 460394 | Pão tipo doce de coco | Kg | 52 | R\$ 15,66 | R\$ 814,53 |
| 77 | 467538 | Reforço para pão – Pacote com 500g | UND | 13 | R\$ 24,03 | R\$ 312,44 |
| | | | | | | |

| | |
|--------------------------------------|---|
| Método utilizado para obtenção do | Média Aritmética |
| Justificativa para escolha do método | A média aritmética mostrou-se compatível com os |



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Campus Vitória de Santo Antão/Campus Vitória de Santo Antão/Diretoria de Administração e Planejamento

ANEXO IV

NOTA EXPLICATIVA OFERTA DE LANCES

PROCESSO: 23298.024901/2024-90

OBJETO: Aquisição emergencial de Gêneros Alimentícios

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 23/2024

A presente Nota Explicativa Objetiva esclarecer aos licitantes, quanto aos procedimentos de oferta de lance referentes a Dispensa de Licitação Nº 23/2024, realizada pelo Campus Vitória de Santo Antão, com objetivo de Aquisição emergencial de gêneros alimentícios.

O novo sistema de compras governamentais ainda não se encontra apto a realização de dispensa eletrônicas, com disputa realizadas em grupos. Logo, para operacionalizar o presente processo os licitantes deverão observar o seguinte:

1. Cada grupo de itens será representado no sistema por 1 item do respectivo grupo. O valor total do item será equivalente ao valor total Estimado para o Grupo.
2. Os licitantes deverão ofertar seus lances considerando que o valor ofertado representa o valor para o grupo ao qual tem interesse em participar.
3. Após a finalização da sessão, o licitante deverá encaminhar a proposta escrita, com os preços individuais de cada item que compõe o grupo para o qual foi declarado vencedor.
4. O valor da proposta, deve ser igual ao valor ofertado que o consagrou vencedor.

| CORRELACIONAMENTO | | | |
|-------------------|-------------------------------|---------------------------|------------------------------|
| Nº ITEM | REPRESENTAÇÃO SISTEMA | GRUPO DE REFERÊNCIA | VALOR DE REFERÊNCIA DO GRUPO |
| ITEM 01 | Azeite de oliva, extra virgem | GRUPO 01 – Gêneros Secos | R\$ 136.304,18 |
| ITEM 02 | Carne bovina, "coxão mole" | GRUPO 02 – Carnes e Frios | R\$ 406.308,81 |
| ITEM 03 | farinha de trigo pré-mistura | GRUPO 03 - Panificação | R\$ 7.530,13 |



Documento assinado eletronicamente por **Estefano Juan Nunes da Silva, Diretor(a) de Administração e Planejamento**, em 19/11/2024, às 16:04, conforme art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

https://sei.ifpe.edu.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ifpe.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1511497** e o código CRC **BBCB2C20**.

Termo de Referência 9/2024

Informações Básicas

| | | | |
|--------------------|--|------------------------------|--------------------------|
| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
| 9/2024 | 158465-INST FED.DE PERNAMBUCO/CAMPUS VITORIA S.ANTAO | ESTEFANO JUAN NUNES DA SILVA | 13/11/2024 09:42 (v 3.0) |
| Status | ASSINADO | | |

Outras informações

| | | |
|--|-----------------------|-------------------------|
| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo | 23/2024 | 23298.024901/2024-90 |

1. Condições gerais da contratação

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Gêneros Alimentícios de forma emergencial, para atender as demandas do IFPE - CVSA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| GRUPO 01 - GÊNEROS SECOS | | | | | | |
|--------------------------|--------|---|-------------------|------------|------------------------------|---------------------------|
| Item | CATMAT | Descrição | Unidade de medida | Quantidade | Preço de Referência Unitário | Preço de Referência Total |
| 1 | 463551 | Achocolatado liquido, bebida láctea, sabor chocolate, pronto para beber, tipo caixinha uht com 200 ml. Prazo de validade mínimo de 4 meses no ato da entrega. | Und | 3120 | R\$ 1,23 | R\$ 3.837,60 |
| 2 | 463988 | Açúcar tipo cristal branco, prazo de validade mínimo de 12 meses no ato da entrega. Embalagem de 1 Kg. | Kg | 910 | R\$ 4,17 | R\$ 3.794,70 |
| 3 | 407523 | Adoçante artificial liquido para consumo, a base de sucralose. Prazo de validade mínimo de 12 meses no ato da entrega. Embalagem com 75 ml | Und | 7 | R\$ 11,70 | R\$ 81,90 |
| | | Amaciante de carne. Prazo de | | | | |

| | | | | | | |
|----|--------|---|-----|------|-----------|---------------|
| 4 | 340428 | validade mínimo de 12 meses no ato da entrega. Em embalagem aluminizada, contendo 1Kg. | Kg | 13 | R\$ 8,90 | R\$ 115,70 |
| 5 | 458908 | Arroz parboilizado longo, fino, tipo 1. Prazo de validade mínimo de 8 meses no ato da entrega. Embalagem de 1 Kg. | Kg | 2275 | R\$ 5,44 | R\$ 12.376,00 |
| 6 | 458910 | Arroz integral longo fino tipo 1. Prazo de validade mínimo de 8 meses no ato da entrega. Embalagem de 1 Kg. | Kg | 195 | R\$ 6,52 | R\$ 1.271,40 |
| 7 | 460501 | Aveia em flocos finos. Prazo de validade mínimo de 6 meses no ato da entrega. Acondicionado em embalagem primária plástica e secundária em caixinha de papelão, contendo 170 g. | Cx | 78 | R\$ 6,98 | R\$ 544,44 |
| 8 | 478822 | Azeite de oliva extra virgem, acidez até 0,5%. Embalagem de vidro escuro, contendo 500 ml. Prazo de validade mínimo de 6 meses no ato da entrega. | Und | 26 | R\$ 38,62 | R\$ 1.004,02 |
| 9 | 459638 | Azeitona verde sem caroço em conserva. Tamanho grande. Embalagem com 3 Kg. | Und | 7 | R\$ 58,05 | R\$ 406,35 |
| 10 | 463707 | Batata palha tradicional. Prazo de validade mínimo de 4 meses no ato da entrega. Em embalagem aluminizada. Embalagem com 500 g. | Und | 65 | R\$ 10,54 | R\$ 685,10 |
| 11 | 235092 | Biscoito apresentação quadrado, tipo cream cracker, salgado, sem recheio (sem gordura trans). Prazo de validade mínimo de 6 meses no ato da entrega. Embalagem com 350 g. | Und | 26 | R\$ 3,92 | R\$ 101,92 |
| 12 | 217132 | Biscoito apresentação retangular, sabor tipo "maizena", doce, sem recheio (sem gordura trans). Prazo de validade mínimo de 6 meses no ato da entrega. Embalagem com 400 g. | Und | 78 | R\$ 4,39 | R\$ 342,42 |
| 13 | 320674 | Biscoito tipo recheado sabor chocolate, formato circular, doce. Prazo de validade mínimo de 5 meses no ato da entrega. Em embalagem aluminizada, contendo 60g. | Und | 3120 | R\$ 4,38 | R\$ 13.655,60 |
| 14 | 463593 | Café em pó, torrado e moído 100% puro. Embalado a vácuo. Prazo de validade mínimo de 12 meses no ato da entrega. Pacote com 250 g. | Und | 260 | R\$ 9,32 | R\$ 2.423,20 |
| | | Canela em pó. Ingredientes: canela em pó. Prazo de | | | | |

| | | | | | | |
|----|--------|--|-----|------|-----------|--------------|
| 15 | 463872 | validade mínimo de 12 meses no ato da entrega. Pote contendo entre 30 a 35 g. | Und | 13 | R\$ 10,18 | R\$ 132,34 |
| 16 | 463547 | Chocolate em pó solúvel, composto de no mínimo 50% de cacau, Caixa contendo 200 g com rotulagem nutricional. | Und | 39 | R\$ 16,44 | R\$ 641,16 |
| 17 | 150988 | Condimento alimentício tipo colorau, apresentação industrial, tipo pó. Embalagem plástica, contendo 1 Kg. Prazo de validade mínimo de 8 meses no ato da entrega. | Kg | 195 | R\$ 10,64 | R\$ 2.074,80 |
| 18 | 463860 | Condimento in natura triturado, espécie alho, tipo cateto roxo. Com rotulagem nutricional na embalagem. Prazo de validade mínimo de 8 meses no ato da entrega. Embalagem com 1 Kg. | Kg | 104 | R\$ 21,44 | R\$ 2.229,76 |
| 19 | 463891 | Condimento, apresentação industrial, tipo cominho, moído sem pimenta, aplicação culinária. Apresentação em sachê ou pote plástico com aproximadamente 60 g, com rotulagem. | Und | 338 | R\$ 2,67 | R\$ 902,46 |
| 20 | 446533 | Creme de leite integral. Embalagem de caixinha tipo tetra pak contendo 200 g. Prazo de validade mínimo de 6 meses no ato da entrega. | Und | 481 | R\$ 3,04 | R\$ 1.462,24 |
| 21 | 462823 | Ervilha em conserva. Embalagem tipo tetra pak, peso aproximado de 200 g. Prazo de validade mínimo de 8 meses no ato da entrega. | Und | 156 | R\$ 3,23 | R\$ 503,88 |
| 22 | 346922 | Extrato de tomate concentrado, embalagem tipo tetra pak de 1 kg. Prazo de validade mínimo de 8 meses no ato da entrega. | Und | 195 | R\$ 14,86 | R\$ 2.897,70 |
| 23 | 459009 | Farinha de mandioca torrada, seca, fina, branca. Prazo de validade mínimo de 6 meses no ato da entrega. Acondicionada em embalagem plástica com rotulagem. | Kg | 910 | R\$ 6,25 | R\$ 5.687,50 |
| 24 | 459017 | Farinha de milho flocada, tipo flocão de milho para cuscuz. Acondicionada em embalagem plástica contendo 500g. Prazo de validade mínimo de 5 meses no ato da entrega. | Pct | 1300 | R\$ 2,51 | R\$ 3.263,00 |
| 25 | 464563 | Feijão tipo 1 rajado. Prazo de validade mínimo de 5 meses no ato da entrega. | Kg | 1170 | R\$ 7,53 | R\$ 8.810,10 |

| | | | | | | |
|----|--------|---|-----|------|----------|--------------|
| | | Acondicionada em embalagem plástica com rotulagem contendo 1 Kg. | | | | |
| 26 | 464567 | Feijão tipo 1 macassar. Prazo de validade mínimo de 5 meses no ato da entrega. Acondicionada em embalagem plástica com rotulagem contendo 1 Kg. | Kg | 520 | R\$ 8,42 | R\$ 4.378,40 |
| 27 | 464552 | Feijão tipo 1 preto. Prazo de validade mínimo de 5 meses no ato da entrega. Acondicionada em embalagem plástica com rotulagem contendo 1 Kg. | Kg | 910 | R\$ 9,03 | R\$ 8.217,30 |
| 28 | 463904 | Folha de louro desidratada, em folhas. Apresentação em sachê plástico de peso aproximado de 4 g, com rotulagem. | Und | 195 | R\$ 2,94 | R\$ 573,30 |
| 29 | 464569 | Grão de bico. Acondicionada em embalagem plástica com rotulagem. Pacote com 500 g. | Pct | 195 | R\$ 7,95 | R\$ 1.550,25 |
| 30 | 459663 | Catchup. Ingredientes básicos: tomate, açúcar, vinagre e sal. Pote com 400 g Prazo de validade mínimo de 12 meses no ato da entrega. Apresentando rotulagem na embalagem. | Und | 130 | R\$ 4,01 | R\$ 521,30 |
| 31 | 464011 | Leite de coco integral. Vasilhame de vidro com 200 ml. Prazo de validade mínimo de 8 meses no ato da entrega. | Und | 260 | R\$ 4,07 | R\$ 1.058,20 |
| 32 | 446019 | Leite em pó integral instantâneo. Prazo de validade mínimo de 6 meses no ato da entrega. Acondicionado em embalagem aluminizada com rotulagem de 200 g | Und | 1040 | R\$ 7,49 | R\$ 7.789,60 |
| 33 | 458951 | Macarrão, tipo 1, formato espaguete, sem colesterol, sem gordura trans, pacote com 500 g. Prazo de validade mínimo de 6 meses no ato da entrega. Acondicionado em embalagem plástica com rotulagem. | Und | 1040 | R\$ 2,76 | R\$ 2.870,40 |
| 34 | 459661 | Maionese, tipo tradicional (sem gordura trans, light em calorias) - 240kcal/100g. Embalagem de 500g com rotulagem. Prazo de validade mínimo de 5 meses no ato da entrega. | Und | 78 | R\$ 7,23 | R\$ 563,94 |
| 35 | 463699 | Margarina vegetal, 80% de lipídeo, sem gordura trans. Prazo de validade mínimo de 5 meses no ato da entrega. | Und | 260 | R\$ 7,17 | R\$ 1.864,20 |

| | | | | | | |
|----|--------|---|-----|------|-----------|---------------|
| | | Acondicionado em pote plástico com rotulagem de 500g. | | | | |
| 36 | 459004 | Massa para lasanha, ideal para ir direto ao forno, pacote com 200g. Prazo de validade mínimo de 8 meses no ato da entrega. Acondicionada em embalagem plástica com rotulagem. | Und | 195 | R\$ 10,00 | R\$ 1.950,00 |
| 37 | 279262 | Milho para mungunzá (canjica). Pacote com 500 g. Prazo de validade mínimo de 6 meses no ato da entrega. Acondicionada em embalagem plástica com rotulagem. | Und | 26 | R\$ 2,80 | R\$ 72,80 |
| 38 | 462824 | Milho verde em conserva, embalagem tipo tetra pak, peso aproximado de 200 g. Prazo de validade mínimo de 8 meses no ato da entrega. | Und | 156 | R\$ 3,86 | R\$ 602,16 |
| 39 | 473285 | Mistura para o preparo de purê de batata (purê de batata em flocos ou batata desidratada em flocos) – Embalagem com rotulagem contendo 1000 gramas. | Und | 130 | R\$ 30,86 | R\$ 4.011,80 |
| 40 | 459655 | Molho alimentício inglês. Embalagem garrafa com 900ml. Prazo de validade mínimo de 6 meses no ato da entrega. | Und | 7 | R\$ 8,17 | R\$ 57,19 |
| 41 | 459653 | Molho alimentício shoyu. Embalagem garrafa com 900ml. Prazo de validade mínimo de 6 meses no ato da entrega. | Und | 13 | R\$ 11,34 | R\$ 147,42 |
| 42 | 463691 | Óleo vegetal comestível matéria prima milho ou girassol ou canola - Garrafa de 900ml. Prazo de validade mínimo de 5 meses no ato da entrega. | Und | 520 | R\$ 12,65 | R\$ 6.578,00 |
| 43 | 449000 | Peixe em conserva de óleo tipo sardinha – embalagem abre fácil, peso líquido. Lata de 250 g. | Und | 1300 | R\$ 9,76 | R\$ 12.688,00 |
| 44 | 245598 | Proteína texturizada de soja, tipo carne moída. Cor escura (carne vermelha) – acondicionada em embalagem plástica com rotulagem. Embalagem 400g. | Und | 390 | R\$ 6,69 | R\$ 2.609,10 |
| 45 | 225850 | Queijo ralado tipo parmesão, pacote com 50 g. Acondicionado em embalagem plástica com rotulagem. Prazo de validade mínimo de 3 meses no ato da entrega. | Und | 390 | R\$ 4,20 | R\$ 1.638,00 |
| | | Sal refinado iodado em forma | | | | |

| | | | | | | |
|---------------------------|--------|---|-------------------|------------|------------------------------|---------------------------|
| 46 | 454017 | de sachê - embalagem individual em sachê contendo 1 grama. Caixa contendo 1000 sachês. | Cx | 39 | R\$ 12,03 | R\$ 469,17 |
| 47 | 454017 | Sal refinado iodado teor máximo de sódio (196mg/g), Embalagem com 1Kg | Kg | 260 | R\$ 1,77 | R\$ 460,20 |
| 48 | 326671 | Suco de fruta natural, pronto para beber, tipo caixinha UHT, sabor manga. Embalagem de 200ml | Und | 3120 | R\$ 1,48 | R\$ 4.617,60 |
| 49 | 339479 | Tempero, apresentação em pó, uso culinário, sabor caldo de carne, Prazo de validade mínimo de 8 meses no ato da entrega. Acondicionado em embalagem aluminizada com rotulagem de 1 Kg. | Kg | 26 | R\$ 4,90 | R\$ 127,40 |
| 50 | 339478 | Tempero, apresentação em pó, uso culinário, sabor caldo de galinha. Prazo de validade mínimo de 8 meses no ato da entrega. Acondicionado em embalagem aluminizada com rotulagem de 1 Kg. | Kg | 26 | R\$ 4,97 | R\$ 129,22 |
| 51 | 241571 | Tempero, tipo caldo, apresentação tablete, uso culinário, sabor galinha. Embalagem com 2 unidades. Prazo de validade mínimo de 8 meses no ato da entrega. | Und | 312 | R\$ 2,60 | R\$ 811,20 |
| 52 | 217096 | Vinagre de álcool de cana de açúcar, tipo neutro, aspecto líquido, límpido e sem depósitos. Acondicionado em garrafa plástica com rotulagem de 500ml. Prazo de validade mínimo de 12 meses no ato da entrega. | Und | 468 | R\$ 1,48 | R\$ 692,64 |
| Valor Total do Grupo 01: | | | R\$ 136.304,18 | | | |
| GRUPO 02 - CARNES E FRIOS | | | | | | |
| Item | CATMAT | Descrição do item | Unidade de medida | Quantidade | Preço de Referência Unitário | Preço de Referência Total |
| 53 | 447432 | Carne bovina in natura, s/ osso “Coxão mole” resfriada - com embalagem secundária de papelão 25Kg | Kg | 3441 | R\$ 40,50 | R\$ 139.360,50 |
| 54 | 447414 | Costela bovina congelada - Carne congelada embalada a vácuo | Kg | 75 | R\$ 21,47 | R\$ 1.610,25 |
| | | Coxa e sobrecoxa de frango congelada - Carne congelada | | | | |

| | | | | | | |
|----|--------|---|-----|------|-----------|---------------|
| 55 | 447636 | embalada a vácuo, com fardo de aproximadamente 20kg, com embalagem secundária de papelão. | Kg | 4080 | R\$ 14,75 | R\$ 60.180,00 |
| 56 | 447581 | Filé de peito de frango (inteiro individual desossado sem pele) congelado – Carne congelada a vácuo, com fardo de aproximadamente 20 kg, com embalagem secundária de papelão. | Kg | 2760 | R\$ 24,84 | R\$ 68.558,40 |
| 57 | 448946 | Peixe posta tipo Dourado – Pescado congelado embalada a vácuo a cada 1 kg, com fardo de 10kg, com embalagem secundária de papelão. Corte: posta. | Kg | 1200 | R\$ 24,98 | R\$ 29.976,00 |
| 58 | 451062 | Carne bovina congelada tipo paleta – Carne congelada embalada a vácuo, com fardo de aproximadamente 20 Kg, com embalagem secundária de papelão. | Kg | 900 | R\$ 34,15 | R\$ 30.735,00 |
| 59 | 454340 | Carne bovina congelada para cozido com osso (chambaril, braço) – Carne congelada embalada a vácuo, com fardo de aproximadamente 20Kg, com embalagem secundária de papelão. | Kg | 240 | R\$ 22,15 | R\$ 5.316,00 |
| 60 | 449182 | Linguiça Paio resfriada embalada a vácuo | Kg | 120 | R\$ 31,37 | R\$ 3.764,40 |
| 61 | 447702 | Linguiça calabresa resfriada embalada a vácuo | Kg | 135 | R\$ 35,83 | R\$ 4.837,05 |
| 62 | 447666 | Toucinho (bacon) embalada a vácuo | Kg | 15 | R\$ 33,11 | R\$ 496,65 |
| 63 | 480424 | Carne de charque traseira lagarto plano – Tipo jerked beef, embalada a vácuo, fardo de 5kg. | Kg | 600 | R\$ 39,66 | R\$ 23.796,00 |
| 64 | 446712 | Iogurte líquido, com polpa de frutas, sem adição de açúcares - Embalagem individual com 170 ml tipo garrafinha. | Und | 2880 | R\$ 3,77 | R\$ 10.857,60 |
| 65 | 446633 | Queijo mussarela resfriado - Embalagem individual plastica a vácuo, com peso aproximado de 4 kg | kg | 240 | R\$ 49,62 | R\$ 11.908,80 |
| 66 | 446393 | Manteiga de primeira qualidade, com sal. Pote de 200g | Und | 120 | R\$ 12,74 | R\$ 1.528,80 |
| | | Requeijão cremoso integral | | | | |

| | | | | | | |
|--------------------------|--------|---|----------------|----------------|------------|---------------|
| 67 | 405351 | tradicional - Pote com 200g | Und | 120 | R\$ 8,78 | R\$ 1.053,60 |
| 68 | 447765 | Presunto de frango cozido resfriado sem capa de gordura – Embalagem individual plástica de 3,5 kg aproximadamente | Kg | 63 | R\$ 24,24 | R\$ 1.527,12 |
| 69 | 446618 | Ovos de galinha - Caixa com 30 unidades. Tamanho grande. | Bdj | 552 | R\$ 19,57 | R\$ 10.802,64 |
| Valor Total do Grupo 02: | | | R\$ 406.308,81 | | | |
| GRUPO 03 - PANIFICAÇÃO | | | | | | |
| 70 | 465332 | Farinha de trigo especial. Saco com 25Kg | SACO | 11 | R\$ 100,94 | R\$ 1.110,34 |
| 71 | 460263 | Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico com fermento, Pacote de 1 kg | Kg | 78 | R\$ 7,18 | R\$ 560,04 |
| 72 | 460265 | Farinha de trigo pré-mistura para pão francês. Saco com 25 Kg | SACO | 39 | R\$ 77,74 | R\$ 3.031,86 |
| 73 | 460265 | Fermento biológico instantâneo – Pacote com 500g | UND | 13 | R\$ 19,06 | R\$ 247,78 |
| 74 | 465549 | Pão francês | Kg | 52 | R\$ 12,18 | R\$ 633,36 |
| 75 | 460386 | Pão tipo cachorro-quente (sedinha) | Kg | 52 | R\$ 15,77 | R\$ 820,04 |
| 76 | 460394 | Pão tipo doce de coco | Kg | 52 | R\$ 15,66 | R\$ 814,32 |
| 77 | 467538 | Reforço para pão – Pacote com 500g | UND | 13 | R\$ 24,03 | R\$ 312,39 |
| Valor Total do Grupo 03: | | | | R\$ 406.308,81 | | |
| VALOR TOTAL | | | | R\$ 550.143,12 | | |

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 3 meses contados a partir da assinatura do termo de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 10767239000145-0-000016/2024;
- II. Data de publicação no PNCP: 17/10/2024;
- III. Id do item no PCA: 261;
- IV. Classe/Grupo: 8940 ;
- V. Identificador da Futura Contratação: 158465-23/2024.

3. Descrição da solução como um todo

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Para os produtos de origem animal, : a) o produto ofertado deve estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA)

4.1.2 No que concerne as embalagens, a contratada deverá observar: Registro na ANVISA nos termos da RDC 27 /2010 b) Para os produtos embalados e rótulos devem ser observadas as regras constantes vigentes para o tema.

4.16. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.19. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. O prazo de entrega dos bens será de até 5 dias, contados apartir do recebimento da solicitação de entrega pelo Setor de Nutrição.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 horas após o recebimento da solicitação de entrega para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço

5.4. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - CAMPUS VITÓRIA DE SANTO ANTÃO, Propriedade Terra Preta S/N, zona rural - Cidade da Vitória de Santo Antão - PE, CEP: 55602-970, Setor de almoxarifado. Horário de atendimento de Segunda a Sexta - Feira das 7:00 as 17:00hs, devendo a entrega ser previamente agendada pelo Email: almoxarifado@vitoria.ifpe.edu.br

5.5. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega deverá obedecer as exigências previstas na descrição dos produtos. Item 01 deste Termo de Referência.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no

prazo de 1 (dia) dia, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) **identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).**

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA - IBGE* de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante. Nota(s) explicativa(s): 13 e 14

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente

sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos) Nota(s) explicativa(s): 15

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Forma e critérios de seleção e regime

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, mediante Disputa, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso VIII da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR GRUPO.

Forma de fornecimento

8.4. O fornecimento do objeto será de forma parcelada.

Exigências de habilitação

8.5. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.7. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.8. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.9. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.10. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.11. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.13. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.14. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.15. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.16. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.17. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.18. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.19. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.21. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.22. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.23. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.24. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.25. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.27. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.28. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.29. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados,

inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.30. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.31. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.32. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.33. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual e municipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.34. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual* e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.35. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.36. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.37. Prova de regularidade perante o Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), tendo em vista que o registro no Cadin constitui fator impeditivo para a celebração de contratos com a Administração, conforme o art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002

Qualificação Econômico-Financeira

8.37. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.38. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.39. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.39.1: O Microempreendedor Individual com base no art. 68 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 é considerado **pequeno empresário**, pelo qual **faz jus a dispensa de apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis** em observância ao §2º do art. 1.179, do Código Civil.”

8.39.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.39.2. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.39.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.39.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.40. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.41. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.42. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnica

8.43. *Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;*

8.44. *A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

8.45. *Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.*

8.47. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

8.47.1. *Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

8.47.1.1 *Mínimo de 20% do valor total do grupo que se pretende concorrer, sendo admitido produtos similares aos que pretende se contratar.*

8.47.2. *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.*

8.47.3. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

8.47.4. *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

8.48. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.48.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.48.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.48.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.48.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.48.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.48.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta;

8.48.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 550.164,84

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 550.164,12(quinientos e cinquenta mil, cento e quarenta e três reais e doze centavos), conforme custos unitários apostos na Planilha estimativa de Preços Anexo I deste Termo de Referência.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: 26418/158465;
- II. Fonte de Recursos: 1000000000;
- III. Programa de Trabalho: 231600;
- IV. Elemento de Despesa: 339030;

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

ANEXOS

I - Estudo Técnico Preliminar

II - Minuta de Termo de contrato

III - Planilha de itens consolidada

IV - Nota Explicativa para oferta de lances no Sistema (IMPORTANTE)

Vitória de Santo Antão, 13 de Novembro de 2024

Estéfano Juan Nunes da Silva

Diretor de Administração e Planejamento

Diretor Geral em Exercício

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ESTEFANO JUAN NUNES DA SILVA

Diretor de Administração e Planejamento



Assinou eletronicamente em 13/11/2024 às 09:42:03.



Documento assinado digitalmente

DJALMA VITORINO COSTA FILHO

Data: 13/11/2024 09:51:53-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DJALMA VITORINO COSTA FILHO

Diretor Geral em Exercício